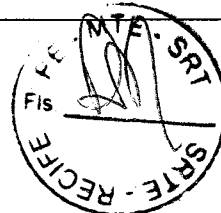


CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO



PROC/SRTE N°

46213 02/16/08-S2

Pelo presente instrumento particular de Convenção Coletiva de Trabalho firmado de um lado pelo **SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO**, Registro Sindical n.º 012.000.02223-7, CNPJ de n.º 08.033.359.0001-77, sediado Rua Treze de maio, 292, Santo Amaro, Recife, PE, representado neste ato por representado neste ato por sua presidente: **OLÍMPIA DOMINGUES SANTOS**, portador do no CPF sob o n.º 173.622.614-20 e do outro lado o **SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE E LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, Registro Sindical n.º 24.330.008334/90, CNPJ de n.º 24.129.058/0001-06, sediado à Rua Major Codeceira n.º 190, Santo Amaro, Recife, PE, pelo Presidente o Senhor **MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS**, portador do CIC de n.º 001.058.564-87, entidade patronal que congrega e representa o estabelecimento de saúde neste Estado de Pernambuco. As partes representadas, na ordem em que se acham nomeadas, por seus representantes legais abaixo assinados, têm entre si justo e convencionado o seguinte:

01. DA DATA BASE:

As partes ajustam que a data base da categoria dos Enfermeiros é 1.º de setembro de cada ano.

02. DA VIGÊNCIA:

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência durante o período de 1.º de setembro de 2008 a 31 de agosto de 2009.

03. DO DIA DO ENFERMEIRO:

Será consagrado o dia 12 de maio como dia do Enfermeiro, ficando assegurado aos profissionais que trabalhem neste dia o recebimento do salário em dobro, ou folga a critério da necessidade do empregador.

04.

DO REAJUSTE SALARIAL:

A partir de 1.º de setembro de 2008, os salários ^{pagos} ~~das~~ empregados terão reajuste de **8,15% (oito virgula quinze por cento)**.

Os pisos salariais terão os seguintes valores:

HOSPITAIS DE CATEGORIA "A":

Assim entendidos aqueles estabelecimentos que, embora particulares, tenham atendimento ao Sistema Único de Saúde como atividade secundária e minoritária.

a) até um 01 ano de casa	R\$ 902,00
b) de 01 a 02 anos de casa	R\$ 982,00
c) de 02 a 03 anos de casa	R\$ 1.070,00
d) acima de 03 anos	R\$ 1.166,00

HOSPITAIS DE CATEGORIA "B":

Assim entendidos aqueles que, contratados pelo SUS, tenham este atendimento como atividade preponderante.

a) até um 01 ano de casa	R\$ 821,00
b) de 01 a 02 anos de casa	R\$ 895,00
c) de 02 a 03 anos de casa	R\$ 974,00
d) acima de 03 anos	R\$ 1.062,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

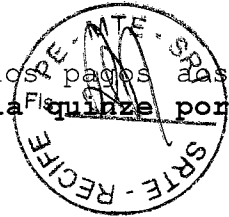
Para os fins de enquadramento da Entidade Hospitalar, a Atividade Preponderante será considerada de acordo com quantidade de leitos disponíveis para os paciente do SUS e para os pacientes particulares ou conveniados com Planos de Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O reajuste concedido incidirá sobre o piso salarial vigente em 01.09.2007, ou na hipótese da remuneração contratual ser superior, sobre o efetivo salário percebido na data base, compensando-se os aumentos espontâneos ou legais ocorridos na vigência da Convenção anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

As diferenças salariais retroativas a 1.º de setembro de 2008 serão pagas nos seguintes prazos: **05/03/09; 05/04/09 e 05/05/09**. Nestes prazos serão pagos também as diferenças remuneratórias relativas às férias + 1/3 constitucional, 13º salário, auxílio-creche e recolhimento do FGTS.



PROC/SRTE Nº

46213 02/16/11/08-52

05. SERVIÇO:

DO REAJUSTE PROPORCIONAL AO TEMPO DE

O empregado admitido após a data base da categoria receberá um reajuste salarial de forma proporcional ao seu tempo de serviço, devendo ser respeitado na proporcionalidade o piso mínimo previsto na cláusula sexta da Convenção Coletiva de Trabalho.



PROC/SRTE Nº

46213 02/16/11/05-52

06.

DA SUBSTITUIÇÃO DO EMPREGADO:

Ao empregado da categoria profissional que for designado para exercer, em substituição, função de outro, por motivo de licença, férias, transferência, promoção ou aposentadoria e férias do substituído, quando este optar pelo abono pecuniário de 10 (dez) dias, será garantido salário igual ao do substituído, excluídas as vantagens de caráter pessoal (Súmula 159 do TST).

07.

DO PAGAMENTO DO SALÁRIO:

As empresas se comprometem a efetuar o pagamento do salário mensal até o 5º dia seguinte ao mês de vencimento. O pagamento será realizado em espécie se no último dia o empregado não puder receber, ou haja impedimento por qualquer motivo alheio a sua vontade.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O não pagamento dos salários devidamente corrigidos no prazo previsto na cláusula sexta sujeitará a empregadora infratora ao pagamento de correção monetária.

08.

DO QÜINQUÊNIO:

O enfermeiro que completar 05 (cinco) anos de serviço na empresa, contados a partir de 01.02.92, será concedido um adicional de 5% (cinco por cento) e, assim sucessivamente, calculando-se os adicionais sobre o salário base e efetuando-se o pagamento mensalmente.

09.

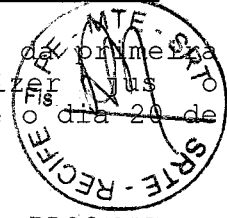
DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO:

Os empregadores, no ato do pagamento dos salários, fornecerão aos seus empregados os respectivos comprovantes, discriminando as parcelas ou quantias pagas a cada um, com indicação expressa de frequência, nome do empregador, do empregado e a especificação das vantagens e dos descontos.

10.

DO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO NATALINA:

Os empregadores se obrigam a efetuar o pagamento da primeira parcela da gratificação natalina a que fizer jus o trabalhador até o dia 30 de junho e a segunda até o dia 20 de dezembro de cada ano.



PROC/SRTE Nº

46213

02/01/08-52

11.

DA JORNADA DE TRABALHO:

Fica estabelecida a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Mediante escala de revezamento e em regime de compensação, as empresas abrangidas por esta convenção, poderão adotar as seguintes jornadas:

- a) 12x36 - Para os plantonistas, com 1(uma) hora de repouso e uma folga por mês;
- b) 12x60 - Para os plantonistas, acrescidos de mais dois plantões complementares de 12 (doze) horas, por mês;
- c) 06 horas diárias, acrescidas de mais 2 plantões de 12 horas por mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O horário de trabalho em regime de plantão, mediante quaisquer das escalas acima previstas já consagra a compensação das horas excedentes à jornada diária e dos dias de repouso semanal remunerado, não sendo devidas horas extras ou horas dobradas quando o trabalho, por força da escala de revezamento, recair em domingos, feriados ou dias santificados.

12.

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA:

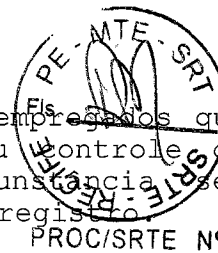
Os profissionais abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho terão controle de frequência, na forma do art. 74, § 2º, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Todos os empregados ficam obrigados a registrar pessoalmente o seu ponto diário, salvo os ocupantes de cargo de confiança que possuírem procuração com amplos poderes de gestão e representação do empregador (Art. 74 da CLT).

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Também ficam isentos de registro de ponto os empregados que trabalharem externamente, sem fiscalização ou controle da jornada pelo empregador, devendo tal circunstância ser anotada na CTPS do empregado e na sua ficha de registro.



PROC/SRTE Nº

46213

02/06/08-52

13. DAS HORAS EXTRAS:

As horas que excederem a jornada normal de trabalho serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

14. DO ADICIONAL NOTURNO:

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e para tal, sua remuneração terá um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora diurna.

15. AFASTAMENTO DO LOCAL DE TRABALHO:

Durante a jornada de trabalho, o empregado só poderá se afastar de sua instituição empregadora comunicando previamente ao seu chefe ou superior, sob pena de praticar ato de indisciplina, punível com advertência ou suspensão disciplinar.

16. DA PRORROGAÇÃO E DA COMPENSAÇÃO:

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais.

17. DA PRORROGAÇÃO EVENTUAL DE JORNADA:

Ocorrendo necessidade imperiosa de serviço, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer em face de motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, desde que as horas excedentes sejam pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

18.

DO PLANTÃO EM ESCALA DE SOBREVISO

Os enfermeiros que, por força do contrato de trabalho, forem colocados em plantão de sobreaviso, mediante escala elaborada pelo empregador e com obrigação de atender o eventual chamado deste, terão direito à remuneração nos moldes do previsto no Art.244 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja: as horas de sobreaviso serão remuneradas à razão de $\frac{1}{3}$ (um terço) dos salários normal.

PEPE SRT
PROCESO Nº
46213 02161/08-52

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese do enfermeiro ser convocado para prestar serviços no período de sobre aviso, as horas trabalhadas serão pagas, destacadamente, como horas extras.

19.

DO GRUPO ECONÔMICO - JORNADA ÚNICA:

Quando o empregado prestar serviço, durante a mesma jornada, a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, com administração centralizada, desde que as mesmas se situem no mesmo município, isto não configurará a existência de mais de um contrato de trabalho, salvo se o empregado for remunerado direta e separadamente por cada uma das empresas a que prestar serviço.

20.

DO TRABALHO EM DIAS ISOLADOS E PAGAMENTO PROPORCIONAL:

Quando o empregado prestar serviço ao empregador durante apenas um (1), dois (2) ou três (3) dias por semana, ou regime de plantões diários ou semanais, os valores do seu salário ficarão vinculados ao número de dias ou horas efetivamente trabalhados, na forma prevista nos artigos 4º e 76 da CLT vigente, devendo ser garantido de forma proporcional o piso da categoria.

21.

DA MUDANÇA DE PLANTÃO:

Face à natureza especial da atividade hospitalar, fica estabelecido que a alteração do dia de plantão deverá ser comunicada pelo empregador 10 (dez) dias antes da data da alteração, no caso do período mensal, e, em caso de modificação eventual, com 96 (noventa e seis) horas de antecedência.

22.

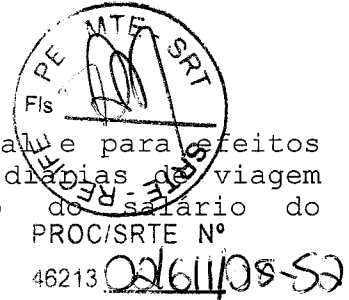
DAS DIÁRIAS:

No caso de prestação de serviços fora da base territorial, não se tratando de transferência, a empresa se compromete a indenizar o empregado nas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, quando necessários, mediante comprovação escrita.

6

PARÁGRAFO ÚNICO:

Só integram o salário, pelo seu valor total, para efeitos indenizatórios, as ajudas de custos e as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado.



23.

DO REFEITÓRIO E DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:

Os empregadores que possuem cozinha própria ficam obrigados a fornecer alimentação aos seus empregados plantonistas e diaristas procedendo ao desconto mensal de alimentação de até 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do piso salarial mensal, por mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

As empresas que não têm refeitório e firmarem convênios para o fornecimento de refeições respeitarão os descontos limites previstos, respeitarão os descontos limites previstos no ordenamento jurídico em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Ficam obrigados os empregadores a manter refeitório em seus estabelecimentos que assegurem aos empregados em serviço, local limpo e condigno em que possam fazer suas refeições.

24.

DO BEBEDOURO:

Os empregadores ficam obrigados a instalar, em local próximo e acessível ao setor, andar ou pavilhão onde o mínimo de 10 (dez) enfermeiros, exerçam as suas funções, bebedouro para o fornecimento de água mineral.

25.

DO VALE TRANSPORTE E AJUDA DE CUSTO PARA COMPRA DE COMBUSTÍVEL:

As empresas se obrigam a fornecer o vale transporte de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.

As empresas que assim desejarem fornecerão aos empregados que são proprietários de veículos e os utiliza à condução ao trabalho a importância equivalente em dinheiro nos mesmos prazos e condições do vale transporte, esta ajuda de custo não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito legal, conforme determinação contida no Artigo 457 § 2.º da Consolidação das Leis do Trabalho.

A handwritten signature or set of initials, possibly 'LQ'.

A handwritten signature or initials, possibly 'R. M.', with a circled number '7' above it.

26.

DAS GARANTIAS DE EMPREGO:

Assegura-se a garantia de emprego durante 18 (dezoito) meses que antecedem a data em que o empregado adquirir direito à aposentadoria, que trabalhe na empresa há pelo menos 5 (cinco) anos, desde que a expectativa do direito seja comunicada ao empregador.



46213

02161108-52

Adquirido o direito a que se refere o item anterior, extingue-se a garantia de emprego ali prevista (Precedente nº. 085 do TST).

Fica garantido o emprego dos trabalhadores abrangidos por este instrumento, pelo prazo de **60 (sessenta) dias** a contar da assinatura deste, salvo nos casos de dispensa por justa causa ou extinção da empresa.

27.

DA PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A PATERNIDADE:

a) DA ESTABILIDADE:

Concede-se garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto (Art. 10, II, "a", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

b) DA RESCISÃO:

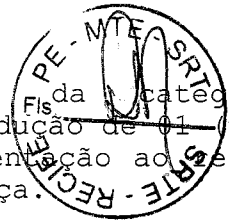
Por ocasião da homologação da rescisão contratual, a cargo do Sindicato da categoria ou da DRT, constará do termo a comprovação clínica e/ou laboratorial feita pela empregada da existência ou não da gravidez. Sendo o resultado "negativo", desobriga-se a empresa de qualquer ônus em decorrência da estabilidade provisória. Sendo "positivo", no ato faculta-se as partes fazer opção pela imediata reintegração da empregada ou pelo pagamento dos salários e demais vantagens decorrentes, o que, também, constará do referido termo. Excetua-se os casos de contratos por prazo determinado, quando a empregada não fará jus à garantia no emprego.

c) DO SALÁRIO MATERNIDADE - ATESTADO MÉDICO:

Para fins de direito ao recebimento do salário maternidade, a empregada gestante terá obrigação de fazer entrega ao empregador do competente atestado médico comprobatório de sua gravidez na vigência do seu contrato de trabalho, sob pena de perda do seu direito. O empregador fica, todavia, obrigado a dar recibo a empregada gestante da entrega do competente atestado médico.

d) DO ALEITAMENTO MATERNO:

Fica garantida à empregada componente Fil da categoria profissional em período de aleitamento, a redução de 01 (uma) hora diária para exercer o direito de amamentação ao recém-nascido até 8 (oito) meses de idade da criança.



PROC/SRTE Nº

46213

02/16/11/05-52

e) DA LICENÇA ADOTANTE:

As empresas concederão licença remunerada de acordo com o art. 392-A da CLT para as empregadas que adotarem judicialmente crianças da faixa de 0(zero) a 12(doze) meses de idade.

f) DA LICENÇA PATERNIDADE:

O empregado fará jus à licença paternidade, a partir da data do nascimento do seu filho, devendo comprovar o fato mediante declaração do hospital ou profissional de saúde responsável pelo parto.

g) DA CRECHE:

Para atendimento aos filhos das profissionais abrangidos por este instrumento, até a idade prevista no art. 7º, XXV da Constituição, as empresas poderão se utilizar uma das 3 (três) alternativas a seguir descritas:

- a) instalar a creche no próprio estabelecimento;
- b) fazer convênio com entidade capacitada para o atendimento;
- c) pagar mensalmente por filho (a) o equivalente a **R\$ 56,60** (cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) para a **CATEGORIA "A"** e **R\$ 52,70** (cinquenta e dois reais e setenta centavos) para a **CATEGORIA "B"**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na opção por pagamento dos valores constantes na letra "c", estes não serão considerados salários para nenhum efeito.

28. DA LICENÇA MÉDICA:

Aos enfermeiros fica assegurada uma licença de no máximo 5 (cinco) dias por ano, consecutivos ou não, sem prejuízo do salário, com o objetivo de acompanhar filhos, pais ou cônjuges que se encontrem internados em hospital.

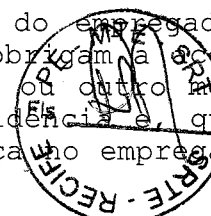
PARÁGRAFO ÚNICO:

Para concessão de tal licença o empregado deverá comprovar, junto ao empregador, a situação do familiar internado e a necessidade de acompanhamento por meio de atestado médico.

9

29. DOS ATESTADOS MÉDICOS:

Em caso de doença e a conseqüente licença do empregado da categoria profissional, os empregadores se obrigam a aceitar o atestado fornecido pelo médico de plantão ou outro médico da empresa empregadora, pelo médico da Previdência Social, quando não existir médico na especialidade da doença, pelo empregador, pelo médico credenciado a plano de saúde.



PROC/SRTE Nº

30. DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA 46213 02/11/08-52

Fica assegurado o pagamento do salário diário pelo empregador, relativo ao dia em que o empregado da categoria profissional houver se afastado por motivo de atendimento hospitalar de urgência de filhos, cônjuge e ascendentes, devidamente comprovado.

31. DO EMPREGADO ESTUDANTE:

Fica assegurado o abono de faltas ao empregado da categoria profissional estudante de qualquer grau, para prestação de exames escolares, inclusive vestibulares, condicionados à prévia comunicação ao empregador com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, e posterior comprovação por escrito.

32. DO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E EMERGENCIAL:

As empresas se comprometem a prestar atendimento ambulatorial e emergencial, dentro de sua especialidade, aos profissionais abrangidos por este instrumento e aos dependentes destes reconhecidos como tais pela Previdência Social sem qualquer ônus para os mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO:

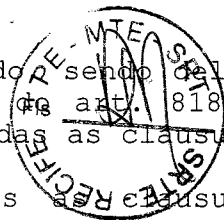
Os empregadores que já prestarem assistência médica mais completa ou integral, ainda que mediante desconto módico, continuarão a proporcioná-la nas mesmas condições já existentes.

33. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

É facultado ao empregador o direito de alterar o contrato de trabalho do empregado, no que diz respeito ao local de prestação de serviço, função, horário, salário ou forma de pagamento, condicionada sempre a validade da alteração a três (03) requisitos legais:

10

- a) concordância por escrito do empregado;
b) inexistência de prejuízo para o empregado, sendo dele o ônus da prova desse prejuízo, na forma do art. 818 da CLT, sendo respeitadas nesta hipótese todas as cláusulas convencionais, na íntegra.
c) Sendo respeitadas nesta hipótese todas as cláusulas convencionadas, na íntegra.



PROC/SRTE Nº

46213

02/11/08-52

34. DO RESSARCIMENTO DE DANOS:

Os empregados da categoria profissional ficam obrigados a indenizar os empregadores dos danos ou prejuízos que vierem a causar aos mesmos, desde que resultante de seu dolo, culpa (negligência, imprudência, imperícia) ou descumprimento de norma contratual ou regulamentar, na forma autorizada pelo art. 462 da CLT desde que seja comprovado de forma idônea.

O desconto poderá ser efetuado de uma só vez ou em parcelas mensais e sucessivas.

35. DA VACINAÇÃO PREVENTIVA:

O empregador garantirá a vacinação contra Hepatite "B" e dT a todos os Enfermeiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O empregador que mantenha em seus quadros Enfermeiro já vacinado ficará desobrigado de vaciná-lo novamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

É do empregado a obrigação de requerer ao seu empregador a vacinação, por escrito, informando nesta requisição que ainda não foi vacinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O empregador anotará nas anotações gerais da CTPS, a vacina aplicada, a data e validade.

36. DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE:

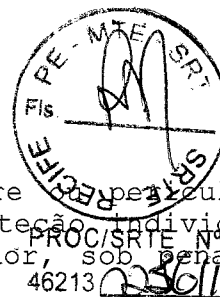
O adicional de periculosidade, quando devido, incidirá sobre o salário do empregado, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios, participações nos lucros da empresa ou de outros adicionais.

11

37.

DO USO DO EPI'S:

O empregado que trabalhar em local insalubre e perigoso fica obrigado a usar os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos gratuitamente pelo empregador, sob pena de punição disciplinar.



38.

DO ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL:

Fica assegurado aos profissionais abrangidos por este instrumento, vítima de acidente de trabalho ou doença ocupacional, 12 (doze) meses de garantia no emprego, contados a partir da alta do órgão previdenciário.

39.

DO SEGURO DE VIDA:

Fica o empregador obrigado a instituir seguro de acidente pessoais, individuais ou Coletivos, para os empregados abrangidos por esta convenção objetivando assegurar por morte acidental ou invalidez permanente total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Fica facultado aos empregados da categoria que não desejarem a sua inclusão no plano de seguro de vida, fazer uma declaração expressa e por escrito nesse sentido, dirigida ao seu empregador, no prazo de (30) dias contados da data da assinatura da presente Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O seguro estipulado no caput desta cláusula será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por morte acidental ou invalidez permanente seja ela total ou parcial, todo nos termos da proposta.

40.

DO LOCAL DE DESCANSO:

Nos casos de plantão noturno, as empresas destinarão área de descanso aos profissionais regidos por esta convenção, com plenas condições de conforto e higiene.

41.

DO USO DE UNIFORMES:

Adotado nos estabelecimentos patronais o uso obrigatório de fardamento, ficarão os empregadores obrigados, mediante recibo, a fornecê-los gratuitamente, até o limite de 2 (dois) uniformes por ano, para uso exclusivo em serviço, ficando o empregado obrigado a devolvê-los quando houver rescisão.

12

PARÁGRAFO ÚNICO:

O Hospital compromete-se a fornecer uniforme à costante, devendo este ser devolvido ao final do período.

42. DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E RECICLAGEM INTERNA:

A empresa que possuir em seu quadro de empregados ou mais profissionais da categoria deverá realizar uma vez por ano, curso de reciclagem e treinamento aos profissionais regidos por esta convenção, sob coordenação das chefias respectivas e ouvindo sugestões do grupo de profissionais.

43. DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SINDICAL:

Os empregadores se obrigam a dispensar, com pagamento de salário, os profissionais que requeiram participar de congressos, seminários e cursos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, limitando-se a duração do curso ao prazo máximo de 05 (cinco) dias, desde que os solicitantes não ultrapassem o percentual de 10% dos empregados por empresa no mesmo evento. Os cursos e reuniões obrigatórios, quando realizados fora do horário normal, terão seu tempo remunerado como trabalho extraordinário.

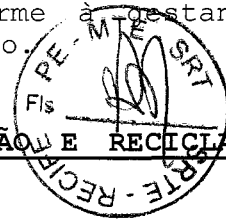
Assegura-se a freqüência livre dos dirigentes sindicais para participarem de Assembléias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas (Precedente nº. 083 do TST).

44. DO QUADRO DE AVISOS:

As empresas manterão a disposição do sindicato profissional conveniente Quadro de Avisos, destinado à divulgação de assuntos do interesse dos trabalhadores, vedada a divulgação de matéria político - partidária, ou matéria ofensiva a quem quer que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO:

As comunicações a serem afixadas no Quadro de Avisos serão encaminhadas pelo sindicato profissional conveniente às empresas, obrigando-se estas a afixá-las no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento e deixá-las afixadas pelo período pactuado entre a empresa e o sindicato, em local de grande circulação.



PROG/SRTE Nº 02/04/05-52

13

45. DA GARANTIA DE ACESSO:

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais aos estabelecimentos das empregadoras, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político partidária ou ofensiva a quem quer que seja, após necessária identificação e sem que haja prejuízo aos serviços, desde que o empregador seja comunicado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

PROCSRTE N°

46213

22/06/11/05-S2

46. DA LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS:

Os empregadores que tenham entre seus empregados membros da Diretoria do Sindicato Profissional (Presidente, Secretário e Tesoureiro), eleitos em Assembléia Geral, comprometem-se a liberá-los da prestação de trabalho uma (1) vez por semana e demais Diretores duas (2) vezes por mês, sendo que no mês que anteceder a data base do reajuste salarial da categoria e no mês da própria data base (setembro de cada ano), todos os membros da Diretoria, limitados a seis (6) ficarão liberados uma (1) vez por semana.

47. DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS:

As empregadoras se obrigam a remeter ao Sindicato representativo da categoria profissional (Precedente n°. 111), no mês de março, a relação dos seus empregados que integram as bases de representação do sindicato obreiro.

48. DAS TAXAS ASSISTÊNCIAS RELATIVAS AS CONVENÇÕES 2007/2008 E 2008/2009:


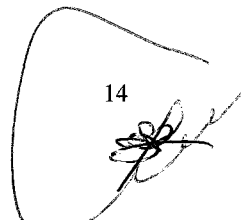
Os empregadores descontarão dos enfermeiros sindicalizados, a título de taxa assistencial, o percentual de 2% (dois por cento) para os sócios quites e 5% (cinco por cento) para os não sócios e sócios não quites, incidentes sobre o respectivo salário-base do mês de janeiro de 2008, cujo recolhimento em favor do sindicato representativo da categoria profissional deverá ocorrer até o dia 12 de fevereiro de 2009, sob pena de tendo ou não efetuado o desconto, responsabilizar-se pelo montante da taxa (Adaptação do Precedente n°. 074 do TST).

Parágrafo Primeiro:

Fica assinalado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data do registro desta convenção na DRT, para o empregado se insurgir contra tal desconto.

Parágrafo Segundo:

Tal desconto deverá ser creditado na conta do Banco Real, Conta Corrente n° 4.302.786-1 Agência 1016 Boa Vista - Recife-PE;

  14

49. DA RELAÇÃO NOMINAL DE DESCONTOS DA TAXA ASSISTENCIAL E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

Os empregadores enviarão ao sindicato obreiro cópia de documentos que comprovem o recolhimento da taxa assistencial e da contribuição social, com a relação nominal dos contribuintes e respectivos salários, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do desconto (art. 401 do TST).

MTE
Fis
PROCT/SRT
46210210/10852

50. DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA:

As empresas pertencentes a categorias econômicas, associadas ou não ao SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDHOSPE, obrigam-se a recolher à sua entidade patronal a contribuição confederativa prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, da seguinte forma :

1ª PARCELA : Equivalente à aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento do mês de fevereiro de cada ano, com vencimento em 31 de março de cada ano.

2ª PARCELA : Equivalente à aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto da folha de pagamento do mês de agosto de cada ano, com vencimento em 30 (trinta) setembro de cada ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de Mora, Multa de 10% e Correção Monetária do Débito com base na variação da TR.

51. DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:

Fica estabelecida a contribuição assistencial patronal no importe de 10% (dez por cento), a ser paga em duas parcelas de (5%) cada uma, incidindo referido percentual sobre a folha de pagamento dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, devendo o recolhimento ser efetuado em 31 (trinta e um) de março e 30 (trinta) de setembro de cada ano respectivamente.

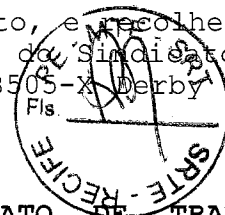
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os estabelecimentos de serviços de saúde que pagarem a Contribuição Confederativa estarão isentos do recolhimento da contribuição assistencial.

52. DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

As empresas se obrigam a descontar as contribuições sociais (mensalidade sindical) dos empregados da categoria profissional associados aos Sindicatos acordantes, no valor equivalente a 1% (um por cento) do salário base de acordo com

15

autorização enviada pelo respectivo sindicato, e recolher até o dia 10 do mês subsequente, para a conta do Sindicato dos Enfermeiros - Banco do Brasil S/A Agência 3505-X Derby Conta Corrente nº 10215-6;



53. DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
HOMOLOGADO:

PROC/SRTE Nº

46213

02/01/08-SR

As homologações das rescisões do contrato de trabalho dos empregados que contam com mais de um ano de serviço na empresa serão efetuadas, preferencialmente no Sindicato da categoria profissional, sem a exclusão de homologações na Delegacia Regional do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para todas as situações previstas no "caput", será necessária a prévia comunicação ao empregador, com antecedência de 10 (dez) dias.

54. DO PEDIDO DE DEMISSÃO:

O empregado que pedir demissão do emprego e tiver mais de um ano de serviço, ficará, ele próprio com a obrigação de encaminhar ao sindicato ou a DRT local a sua carta de pedido de demissão para a competente e necessária homologação dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Fica obrigado também a entregar uma cópia da via protocolada ao empregador.

55. DO AVISO DO EMPREGADO

Mesmo nos casos de Contrato a Prazo Determinado dos trabalhadores em funções de direção técnica, administrativa ou cargo de confiança, o aviso prévio do empregado será de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um salário mensal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O empregado que receber a comunicação de aviso prévio de dispensa fica obrigado a colocar a data e o seu ciente no documento.

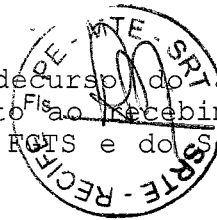
PARÁGRAFO SEGUNDO:

O empregado despedido ficará dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias restantes e não trabalhados.

16

PARÁGRAFO TERCEIRO:

O empregado que cometer falta grave no decurso do aviso prévio dado pelo empregador, perde o direito ao recebimento das verbas rescisórias bem como o saque do FGTS e do Seguro Desemprego.



PROC/SRTE Nº

56.

DA CIÊNCIA NAS COMUNICAÇÕES:

213 02/16/11/05-52

Os empregados da categoria profissional ficam obrigados a colocarem o seu "ciente" em todo e qualquer aviso, circular, correspondência, carta, ou documento similar que lhe for enviado pelo empregador, tendo, todavia, direito a receber cópia do documento.

57.

DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL:

Ficará assegurado o pagamento de indenização adicional, no valor de um salário, ao empregado demitido sem justa causa, período de 30 (trinta) dias que anteceda à data-base, conforme os Enunciados 182 e 314/TST.

Não será devida a indenização adicional no caso de: a) pedido de demissão; b) demissão por justa causa; c) término de contrato por prazo determinado, inclusive o de experiência; d) falecimento do empregado; e, e) culpa recíproca.

58.

DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO:

Na data designada para homologação da rescisão contratual, se o empregado não comparecer por duas vezes consecutivas ao sindicato ou a DRT, no dia e hora marcados previamente, fica o órgão competente obrigado a fornecer ao empregador documento comprovando a ausência do empregado, para fins de liberação do pagamento da multa do art. 477 da CLT.

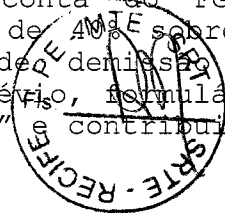
59.

DA FORMALIZAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL:

Os empregadores, ao dispensarem seus empregados com 01 (um) ou mais anos de serviços, farão, preferencialmente, a homologação da rescisão contratual no Sindicato dos Enfermeiros, agendando, através de ofício escrito, no referido Sindicato Profissional, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do término dos prazos previstos no § 6º do art. 477 da CLT, a data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, na sede do referido Sindicato Profissional, obrigando-se a, no ato da homologação, apresentar as documentações necessárias, tais como: Carteira de trabalho do enfermeiro, exame demissional, termo de rescisão de contrato de trabalho, média dos cálculos, comprovante de pagamento da rescisão, além das guias do seguro-desemprego; chave da

17

liberação do FGTS, extrato analítico da conta do FGTS, inclusive comprovante do depósito da multa de 40% sobre o FGTS, carta abonadora, carta de pedido de demissão do empregado ou carta de comunicação de aviso prévio, formulário "Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP" e contribuição sindical atualizado.



PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Deverá ser apresentando laudo técnico de insalubridade, sempre que o enfermeiro não receba o adicional de insalubridade.

PROC/SRTE Nº

46213

02/16/08-52

60. DA CARTA ABONADORA:

Os empregadores fornecerão, no ato da demissão do empregado, carta de informações, inclusive mencionando período de trabalho e funções exercidas, abonando a conduta do empregado, mas somente nos casos de dispensa sem justa causa.

61. DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA:

O empregado que requerer ao INSS aposentadoria voluntária e não pretender mais continuar trabalhando na empresa, deverá no mesmo ato comunicar, por escrito, ao empregador a sua intenção de se afastar do emprego por vontade própria.

62. DA CESSAÇÃO DEFINITIVA DA EMPRESA:

Extinto automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação definitiva das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção.

63. DOS EFEITOS DA CONVENÇÃO:

As normas pactuadas em convenções coletivas ou em sentença normativa só terão validade durante o período de suas respectivas vigências, não se projetando como coisa julgada, direito adquirido ou ato jurídico perfeito (Enunciado 277 do TST).

64. DA REVISÃO E PRORROGAÇÃO:

O processo de prorrogação, revisão, denuncia ou revogação total ou parcial da presente norma coletiva, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

65. DA AUTENTICIDADE DA NORMA COLETIVA E DA VALIDADE DAS CÓPIAS:

Serão admitidas como prova, tanto do empregado, como do empregador, perante a Justiça do Trabalho, as cópias sem autenticação da Convenção Coletiva de Trabalho, desde que não haja discussão sobre o conteúdo das autenticadas cópias, prevalecendo a presente estipulação sobre a regra do artigo 830 da CLT.

PROC/SRTE Nº

46213

02/6/11/08-S2

66. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DA CONVÊNÇÃO:

Fica estipulada a aplicação de uma multa ao empregador que descumprir quaisquer das cláusulas desta norma coletiva, no valor de um piso salarial da categoria profissional, sem prejuízo da multa do art. 477 da CLT.

67. JUSTIÇA COMPETENTE:

As dúvidas surgidas do cumprimento das cláusulas previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, bem como suas violações serão dirimidas e resolvidas pela Justiça do Trabalho do Recife.

E, assim, por estarem livremente ajustados e contratados, assinam a presente Convenção Coletiva em 4 (quatro) vias de igual teor e efeito, a qual será registrada na DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO em Recife, PE.

Recife, 24 de novembro de 2008.

SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE E LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO
E EMPREGO/PE**

Termo de Registro e Arquivamento de presente
instrumento, na forma do Art. 614, da CLT, para
que produza seus Jurídicos e legais efeitos

Recife, 05 de 01 de 09

Jonádas Maria Campos Tenório Carneiro Lima
Chefe da Seção de Relações de Trabalho
Matricula nº 251678 CIF nº 30148-3



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO
E EMPREGO/PE**

Depositado em 18/12/08 Proc. Nº 46213-02/61/08-52

Registradas às fls. SIACE do livro nº 500003000
de Acordos e Convênios Coletivos de Trabalho.

Recife, 05 de 01 de 09

André Luz Negro
Superintendente Regional do Trabalho
e Emprego em Pernambuco